



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0000204-44.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Josefa Maria da Silva**
 Requerido: **Luchesi Comércio de Loterias Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja ao recebimento de indenização para reparação de danos morais que a ré lhe teria causado ao recusar-se a receber o pagamento de determinado boleto.

A primeira questão posta nos autos diz respeito à regularidade – ou não – do procedimento da ré.

Pelo que se extrai dos autos, é incontroverso que a autora se dirigiu à mesma para pagar o boleto cuja cópia se encontra a fl. 03.

O vencimento dele ocorreu em 25 de dezembro de 2012, com a ressalva de que o cômputo de juros e multa apenas teria lugar após o dia 31 de dezembro seguinte.

Não se discute, ainda, que a autora tentou fazer o pagamento no dia 31 de dezembro, mas a ré esclareceu que como não havia naquela data expediente bancário o pagamento seria computado no primeiro dia útil subsequente, razão pela qual deveria já haver a incidência dos juros e multa pelo atraso.

Assiste razão à ré.

Com efeito, a despeito da observação consignada no boleto sobre o termo inicial de fluência dos encargos moratórios dar-se após 31 de dezembro, a própria autora admitiu que não houve então expediente bancário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A ré, por isso, deveria levar em conta – como fez – que o recebimento ocorrido naquela data somente seria computado no primeiro dia útil subsequente, quando já sucederia a induvidosa fluência dos aludidos encargos.

Ela já tinha sido inclusive orientada sobre tal procedimento (fl. 33), respondendo pela diferença de pagamentos não implementados dessa maneira (fls. 31/37), não sendo cabível que novamente se sujeitasse a tanto.

Ressalvo que as alegações da autora, dando conta de pagamentos anteriores terem acontecido como ela tencionava efetuar na ocasião aqui versada, não restaram comprovadas.

O documento de fl. 49 encerra situação diversa da discutida nos autos, como assinalado a fl. 54, não tendo a autora a partir desse decisório amealhado documentos que respaldassem sua explicação (fl. 56).

O quadro delineado conduz à rejeição da pretensão deduzida, não se vislumbrando no procedimento da ré vício que rendesse ensejo a situação configuradora de dano moral à autora.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de janeiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA